



Estado e privado cada vez mais próximos. É preciso ir mais longe?

Nos últimos anos, os regimes laborais da função pública e do sector privado têm vindo a aproximar-se. Mas subsistem diferenças significativas. Será que se justificam? A decisão recente do Tribunal Constitucional reabriu a caixa de Pandora

Raquel Martins

O argumento usado pelo Tribunal Constitucional (TC) para chumbar os cortes nos subsídios de férias e de Natal dos funcionários públicos veio reabrir o debate que opõe trabalhadores do privado e funcionários públicos, ressuscitando ideias há muito enraizadas na sociedade portuguesa. Bastou uma expressão – violação do princípio da igualdade – para logo comentadores, políticos e sociedade civil esgrimirem argumentos a favor e contra a função pública.

Paulo Portas, ministro da Defesa e líder do CDS/PP, foi um deles. Num congresso na Madeira disse não querer “diabolizar a função pública”, mas pelo meio lá foi acrescentando que, “se o problema de Portugal é défice do Estado, não é justo pretender que o sector privado tem a mesma responsabilidade de ajudar”.

E recuperou argumentos que já tinham sido usados pelo seu colega do Ministério das Finanças, quando no ano passado quis justificar o corte dos subsídios. “Numa circunstância adversa, temos que ter a noção de que, quando comparamos os salários e pensões nos sectores privado e público, no privado a média dos salários é mais baixa, o desemprego é maior, a estabilidade do emprego é diferente”, declarou Portas.

Será assim ou trata-se de ideias feitas que não têm ligação à realidade? Em relação aos salários, os estudos do Banco de Portugal dizem-nos que a média salarial no Estado é superior ao privado. Porém, a média esconde um outro dado que vem baralhar as conclusões. Os trabalhadores das profissões menos qualificadas têm salários inferiores aos do privado, enquanto os administrativos têm um prémio salarial superior.

Porém, estas conclusões foram tiradas antes dos cortes salariais e dos congelamentos das progressões →

→ dos últimos anos, lembra o constitucionalista Jorge Reis Novais. “Há diferenças entre trabalhadores do sector público e privado. Favoráveis a quem, não sei”, realça, recordando que com a diminuição dos salários que tem vindo a ocorrer é “discutível” que se ganhe melhor no Estado.

Também a protecção no emprego é superior. E, numa altura em que o desemprego já ultrapassa os 15%, este facto colhe adeptos na sociedade civil. Mais de 400 mil funcionários públicos estão, de certa forma, a salvo de despedimentos. O mesmo já não se pode dizer dos quase 100 mil contratados – professores, enfermeiros ou outros técnicos superiores – que, embora trabalhem para o Estado, estão tão vulneráveis à crise e ao desemprego como os trabalhadores das empresas privadas.

Luís Fábrica, o rosto da comissão que em 2005/2006 (no primeiro Governo de José Sócrates) elaborou um extenso relatório com propostas para a reforma das carreiras e das remunerações no Estado, diz que nalguns casos devem manter-se as diferenças entre público e privado. “Há um conjunto de valores fundamentais que individualizam a actuação dos trabalhadores da função pública e que impedem a adopção do regime laboral comum em toda a sua extensão.” Mas noutros casos – como o vínculo vitalício – a aproximação pode e deve ser feita, defende.

De qualquer modo, realça, é preciso recuar no tempo para se perceber por que razão a função pública tem regras diferentes do sector privado. “O carácter tendencialmente vitalício do vínculo, a existência de carreiras rígidas, o predomínio da antiguidade como critério de progressão, o âmbito limitado da avaliação de desempenho, a existência de regimes específicos de aposentação e de assistência na doença” foram criados para garantir que os funcionários se preocupam “unicamente com a prossecução do interesse público”, sem serem permeáveis a pressões políticas ou económicas, recorda o advogado e professor na Faculdade de Direito da Católica.

Pedro Camões, professor da Universidade do Minho, dá outra achega: “O modelo de carreiras e a garantia de emprego para toda a vida eram uma forma de pagar as diferenças salariais em relação aos privados.”

Com o passar dos anos foram-se criando ineficiências e, ao mesmo tempo, por pressão dos sindicatos, os salários mais baixos ultrapassaram os do privado. Enquanto isso,



JOSÉ FERNANDES

100

100 mil contratados do Estado – professores, enfermeiros ou outros técnicos superiores – estão tão vulneráveis à crise e ao desemprego como os trabalhadores das empresas privadas

ia ganhando terreno a ideia de que era preciso ser mais eficaz e eficiente. Um objectivo que foi andando ao sabor dos governos, mais ou menos capazes de enfrentar um elevado e significativo número de eleitores descontentes.

De 2004 para cá tem havido uma tentativa de aproximar a legislação laboral na função pública da do sec-

tor privado. Os trabalhadores admitidos depois de 2006 passaram a ter um regime laboral semelhante ao do privado – podem ser despedidos por inadaptação, por exemplo – e a idade da reforma tem vindo a aumentar. Ainda assim, há diferenças que mantêm. (ver textos nestas páginas seguintes).

Para o TC é “indiferente do ponto de vista da onerosidade da medida” que os trabalhadores das entidades públicas tenham em média salários superiores aos do privado ou que estejam mais protegidos no emprego. No acórdão, os juízes não foram sensíveis às diferenças entre os sectores e entendem que o corte nos subsídios de quem trabalha para o Estado ou dos pensionistas se traduz “numa imposição de um sacrifício adicional que não tinha equivalente para a generalidade dos outros cidadãos que auferem rendimentos provenientes de outras fontes”.

O QUE ELES DIZEM

“Há mecanismos que permitem afastar os funcionários públicos. A questão é que foi assumido que não há despedimentos no sector público”

Pedro Camões
professor universitário

“Há um conjunto de valores fundamentais que individualizam a actuação dos trabalhadores da função pública e que impedem a adopção do regime laboral comum em toda a sua extensão”

Luís Fábrica
advogado

“Não me parece que se ganhe muito retirando o que os funcionários públicos ainda têm em termos de estabilidade e de carreira”

Elísio Estanque
sociólogo

“Há uma cultura de guerra de invejas que costuma ser usada e dá frutos. Tem sido assim que os principais partidos têm governado o país”

António Costa Pinto
político



Criar clivagens na sociedade não é inédito e tem até sido um mecanismo amplamente usado pelos sucessivos governos, quando precisam de procurar aliados para medidas ou decisões difíceis. É pelo menos isso que dizem os especialistas que falaram com o PÚBLICO.

“Dividir para reinar”

Sócrates fê-lo em 2005, quando pretendeu acabar com os subsistemas de saúde no Estado e reformar a função pública. O ministro das Finanças, Vítor Gaspar, usou argumento semelhante em 2011, quando teve que justificar o corte nos subsídios de férias e de Natal dos funcionários públicos. Mais recentemente foi Paulo Portas quem recuperou a estratégia, quando reagiu ao acórdão do Tribunal Constitucional que chumbou os cortes nos subsídios da função pública.

“É a estratégia clássica de dividir para reinar”, ironiza o politólogo António Costa Pinto. “Os principais partidos, quando chegam ao poder e sentem um resvalar do apoio social, usam esta técnica para tentar encontrar *clusters* de apoio às suas políticas”, realça o investigador do Instituto de Ciências Sociais.

E, destaca, é também uma forma de apelar aos sentimentos mais básicos das pessoas: “Há uma cultura de guerra de invejas que costuma ser usada e que dá frutos. Tem sido assim que os principais partidos têm governado o país.”

E num contexto de crise em que todos – “ou quase todos” – sofrem com as medidas de austeridade, “dizer perante a população que os funcionários públicos são privilegiados face aos privados encontra adeptos”. “O Governo só não explica por que é que há tantos professores contratados”, acrescenta o politólogo.

O sociólogo Elísio Estanque reconhece que houve “algum facilitismo e usurpação de privilégios” no passado. Mas não tem dúvidas de que estas clivagens entre sector público e privado resultam de “preconceitos enraizados na sociedade”, que depois “são usados para pôr em prática uma ideologia”.

Na prática, realça, “são apenas um pretexto para nivelar por baixo”.

“Não defendo a imutabilidade das regras e provavelmente há coisas que têm de mudar. Mas tem havido um sentido estratégico de debilitar o factor trabalho, tanto no sector público como no privado”, critica o investigador do Centro de Estudos Sociais de Coimbra.